



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação

Curso de Pedagogia

Samantha Lemos Mosti

O auxiliar na Educação Infantil: mero assistencialista ou profissional necessário?

BRASÍLIA - DF

2018

Samantha Lemos Mosti

O auxiliar na Educação Infantil: mero assistencialista ou profissional necessário?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como exigência para obtenção de título de graduação em Pedagogia, sob orientação da professora Doutora Maria Emilia Gonzaga de Souza.

BRASÍLIA - DF

2018

Samantha Lemos Mosti

O auxiliar na Educação Infantil: mero assistencialista ou profissional necessário?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como exigência para obtenção de título de graduação em Pedagogia.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dra. Maria Emília Gonzaga de Souza (Orientadora)

Prof. Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas (Examinadora)

Prof. Dra. Maria Fernanda Farah Cavaton (Examinadora)

BRASÍLIA - DF

2018

RESUMO

O profissional auxiliar de sala é facilmente encontrado no contexto escolar, especialmente na Educação Infantil, porém carece de atenção quanto à sua formação e atuação. O objetivo desta pesquisa foi analisar a função e atuação do auxiliar em sala de Educação Infantil. A pesquisa é de caráter qualitativo e a coleta de dados foi realizada em duas etapas, primeiro, o relatório da observação do cotidiano infantil e aplicação de questionário a duas professoras de Educação Infantil. O relatório trouxe exemplos do cotidiano no qual a presença do auxiliar foi necessária e positiva no desenvolvimento das atividades. Os relatos apresentados pelas professoras indicam o reconhecimento da importância deste profissional, porém também indicam visões assistencialistas de sua atuação. Evidencia-se que a identidade e a valorização profissional, principalmente do auxiliar, são base para o processo contínuo e intencional de aprendizagens na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Auxiliar; Criança Pequena.

SUMÁRIO

MEMORIAL	6
INTRODUÇÃO	9
REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 Levantamento de pesquisas	12
1.1.2 Descritores da Pesquisa	12
1.1.3 Resultado das Buscas	12
1.2 Legislação na Educação Infantil	16
1.3 Oferta da Educação Infantil	21
1.3.1 Funcionamento da Educação Infantil.....	24
1.4 Profissionais que atuam nas Atividades Meio e Fins da Educação Infantil	27
1.5 Função do Auxiliar dentro da Legislação.....	28
1.6 Contribuições e Atuação do Auxiliar em Sala de Educação Infantil	30
1.7 Espaço Físico e Recursos Materiais na Educação Infantil	32
2 METODOLOGIA	35
2.1 Natureza dos Dados e Base Metodológica.....	35
2.2 Procedimentos e Instrumentos de Coleta	35
2.2.1 Procedimentos.....	35
2.2.2 – Instrumentos de Coleta de Dados.....	36
2.3 Espaço e Sujeitos da Pesquisa	37
2.4 Princípios da Análise de dados	38
3 ANÁLISE DE DADOS	39
3.1 Estágio Supervisionado	39
3.2 Questionário	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49
ANEXO A - Questionário 1	57
ANEXO B - Questionário 2	58

MEMORIAL

Às quatro e meia da madrugada, no dia quatorze do mês sete, estava eu, Samantha Lemos Mosti, aos quarenta e nove centímetros, com dois quilos e quinhentos gramas, experienciando o ar do planeta Terra, mais especificamente, o de Brasília, diretamente em meus pulmões. Nasci e cresci saudavelmente, apesar de estar sempre um pouco abaixo da média da população no gráfico peso-idade por ser pequena.

Meu primeiro contato com a escola foi aos três anos de idade. Nessa primeira escola, na qual fiquei até metade da antiga terceira série, fui alfabetizada (com sucesso, acredito). Lembro-me que gostava do ambiente. Embora pequeno, era confortável e acolhedor. As paredes da escola eram repletas de desenhos.

Eu aprendi muito quando pequena porque gostava de estar na escola. Escrevia livrinhos e os ilustrava. Sentia-me bem, até mesmo em momentos além da sala, como por exemplo, o recreio; assim que éramos liberados, corria em direção ao balanço no parque de areia e aproveitava cada segundo.

No meio do ano, quando estava na terceira série, mudei de escola. Mais cedo ou mais tarde, teria que mudar, pois a escola só oferecia Maternal e Ensino Fundamental I. Assim que cheguei à nova escola, bem maior que o mundo que conhecia, senti a diferença. Muitos alunos, muitos deveres, muitas cobranças. Começaram as inseguranças e os medos, os quais afetaram claramente a minha aprendizagem. Frequentei aulas de reforço (matemática e português) para acompanhar a turma. Não gostava mais de ir à escola. Nem mesmo o recreio me animava mais. Não me recordo de antes ter algum bloqueio com a leitura, porém a nova experiência me trouxe esse bloqueio ou o reforçou.

Quando criança, chorava ao ir para a escola, preferia estar no conforto do meu lar com minha mãe, porém, não era isso possível. Acabei acostumando-me com a rotina pesada da instituição e permaneci na mesma escola até o último ano do Ensino Médio.

Sempre foi um peso ir à escola e no Ensino Médio não foi diferente, muitas provas e obrigações e eu ainda relutava contra os estudos, pois considerava maçante e desprazeroso.

A essa altura do campeonato, mais uma preocupação, o curso de nível superior. Último ano, eu deveria, naturalmente, decidir meu futuro acadêmico. Colegas desesperados estudando para provas como ENEM e PAS e eu ainda perdida sem nem decidir o curso que gostaria de algum dia fazer.

Já tinha me inscrito no Programa de Avaliação Seriada e deveria, no último ano de avaliação, optar por um curso. E agora? O que eu faria? Pensei comigo mesma, desenhar e estar perto dos meus primos pequenos são as únicas interações que eu considerava prazerosas.

Pedi ajuda ao professor de artes para aprender um pouco sobre exercícios para a prova específica de artes plásticas, porém desisti. Pensei que isso poderia ser um hobby, pois acreditava que meu envolvimento com meus primos pequenos era uma interação mais palpável e próxima à minha realidade. Decidi então, por sugestão da minha mãe, cursar Pedagogia, pois era a possibilidade maior de interação com o mundo infantil.

Ensino médio foi desanimador e surpreendentemente recebi a notícia, por uma colega, que eu havia passado pelo PAS. Logo abri a página informativa na internet e lá estava meu nome para o curso de Pedagogia. Liguei para os meus pais que ficaram muito contentes com a notícia. Comemoramos. As férias passaram e a angústia e medo aumentavam cada vez mais, fui até a Faculdade de Educação preencher toda a papelada e então fiquei esperando que as aulas comesçassem.

As aulas começaram e acostumei-me com o ritmo da nova vida acadêmica e cresci de acordo com os conhecimentos adquiridos e interações vivenciadas. Esta nova etapa me trouxe inúmeras reflexões e amadurecimento, não só na vida acadêmica, mas na vida pessoal. Interessei-me desde o início pela Educação Infantil, pois tenho satisfação em criar atividades divertidas e brincar com as crianças.

Uma das disciplinas que mais marcou minha trajetória acadêmica foi “Fundamentos da Linguagem Musical”. A professora desta disciplina resume em um de seus textos que esta educação musical proporciona vivências no mundo sonoro, possibilitando a expressão, experimentação, criação, interpretação e compreensão das mais variadas possibilidades sonoras. As práticas musicais educativas devem ser baseadas na exploração, na escuta atenta e no autoconhecimento do ser humano no mundo (PEDERIVA, 2017). Antes desta disciplina não me reconhecia

como educadora musical, hoje reconheço que tenho base e capacidade para desenvolver atividades musicais significativas.

Durante este período de graduação, estagiei na Educação Infantil em duas instituições diferentes. A primeira, em estágio não obrigatório, era na rede privada. Todas as turmas tinham no mínimo um auxiliar de sala. A segunda, em estágio obrigatório, era na rede pública e a minoria das turmas tinha um auxiliar de sala não fixo. Interessei-me pelo papel do auxiliar quando presenciei realidades diferentes no desenvolvimento das atividades cotidianas na Educação Infantil com relação à presença ou não do auxiliar de sala.

Tive muitas dificuldades na escola a partir da terceira série, pois não gostava de frequentá-la. Não gosto de pensar que alguém venha passar pela mesma situação que eu passei, por isso, como futura professora quero promover aulas divertidas para que os alunos internalizem aquilo que foi ensinado e estar o mais próximo possível para ajudá-los, e para isso acredito ser necessária a presença do auxiliar neste processo educacional.

Pretendo, com prioridade, constituir uma família e compartilhar com meus filhos as minhas vivências e conhecimentos. Pretendo também ser professora de Educação Infantil na rede pública de ensino e praticar tudo aquilo que aprendi como educadora com dedicação e responsabilidade.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Educação Infantil e a Infância são vastos e na escola o professor titular é o responsável direto pela aprendizagem do aluno e tem destaque em pesquisas acadêmicas, porém, há de se destacar que outros profissionais também estão envolvidos neste processo de ensino, principalmente o auxiliar que também tem contato direto com o aluno tanto quanto o professor mas carece de estudos aprofundados e atribuições da profissão melhor definidas.

Chamarelli (2013), ao escrever sobre o auxiliar na educação infantil, enfatiza a baixa quantidade de estudos e sugere mais atenção sobre este profissional, prezando pela qualidade da educação aos pequenos. Assim como Chamarelli, tive dificuldades para encontrar estudos e leis referentes ao auxiliar de sala. É um profissional, em minha opinião, essencial para a Educação Infantil e exige reconhecimento tanto de meios legais como sociais.

O curso de Pedagogia oferece um leque de alternativas para se pensar a educação e as áreas de atuação. A Educação Infantil, especificamente, é a área pela qual mais me interessa e a qual tive experiências de estágio, ambas como auxiliar de sala na Educação Infantil em duas escolas diferentes, primeiro em uma escola privada e depois em uma pública.

Durante minha atuação em diferentes realidades, refleti muito sobre as contribuições do auxiliar em sala de Educação Infantil. Logo, a atuação deste profissional (auxiliar) passou a ser minha experiência de reflexão e observei as diferenças entre a escola que havia no mínimo um auxiliar em cada sala (privada) e a outra que não havia em todas as salas (pública). Em meus relatórios de estágio da escola pública há observações do desenvolvimento das atividades cotidianas de uma turma de Educação Infantil. Todas as reflexões referentes ao auxiliar levaram-me à produção desta pesquisa.

Algumas das questões que surgiram durante este processo e as quais são norteadoras desta pesquisa são:

1 - Os diversos profissionais que atuam na escola em atividades fins e atividades meios são de fato preparados para lidar com o cotidiano escolar infantil?

2 - Qual a função do auxiliar? Para exercer tal função precisa de formação na área de educação?

3 - Qual o cotidiano e a realidade dos auxiliares da Educação Infantil?

4 - Quais as consequências da falta de um auxiliar em sala de aula?

5 - Há recursos disponíveis para as seguintes áreas: higiene, alimentação, atividades pedagógicas? A gestão destes recursos é eficiente? O espaço físico da escola está adequado para receber crianças da educação infantil?

O objetivo geral é analisar a função e a atuação do auxiliar em sala de Educação Infantil e os objetivos específicos que seguem foram construídos com o intuito de responder ou buscar respostas para essas perguntas norteadoras:

- Analisar a legislação atual referente ao auxiliar de Educação Infantil
- Identificar as contribuições do auxiliar em sala de aula na Educação Infantil
- Verificar a atuação do auxiliar na sala de aula da escola de Educação Infantil

Os capítulos foram organizados a partir das seguintes categorias:

- **Legislação na Educação Infantil**, o qual apresenta as normas legais da Educação Infantil relacionada aos agentes envolvidos na missão de educar;
- **Oferta da Educação Infantil**, o qual se refere à demanda e oferta da Educação Infantil e reflexões sobre esta realidade;
- **Funcionamento da Educação Infantil**, o qual se refere ao cotidiano no espaço físico da escola e aos princípios necessários para o trabalho pedagógico;
- **Profissionais que atuam nas Atividades Meio e Fins da Educação Infantil**, o qual reflete sobre o papel de educadores no ambiente escolar independente da sua área de atuação;
- **Função do Auxiliar dentro da Legislação**, o qual contempla o perfil e a função do auxiliar e qual a relação deste profissional com a legislação;
- **Contribuições e Atuação do Auxiliar em Sala de Educação Infantil**, o qual repensa sobre a formação inicial e continuada, condições de trabalho e incentivos de carreira, buscando melhor definição para atuação deste profissional;
- **Espaço Físico e Recursos Materiais na Educação Infantil**, o qual descreve a importância do auxiliar em conjunto com o professor na utilização dos

recursos materiais e ambientes da escola em prol do desenvolvimento dos alunos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Levantamento de pesquisas

Neste primeiro capítulo, apresento resumos de várias pesquisas sobre a área de educação infantil. Este levantamento de pesquisas tem o objetivo de ampliar meus conhecimentos acerca do tema para a produção da monografia do curso de Pedagogia. Os principais locais de buscas foram a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a ferramenta de pesquisa online Google. Foram encontrados e selecionados 14 estudos relacionados aos temas propostos para a pesquisa.

1.1.2 Descritores da Pesquisa

Educação Infantil; Auxiliar em Educação Infantil; Formação de Professores

1.1.3 Resultado das Buscas

- O trabalho realizado por Rodrigues e Saheb (2015) tem o objetivo de perceber a concepção dos professores de Educação Infantil de um Centro Municipal de Curitiba sobre o ensinar a condição humana. Esta pesquisa foi realizada pelo método qualitativo e teve como instrumento a entrevista. Os resultados mostram que ainda é forte o pensamento da Educação Infantil como educação assistencialista, cuidar enquanto os pais trabalham. A maioria dos professores entrevistados não sabe como tratar a diversidade em sala de aula, mesmo que saibam teórica e superficialmente sobre o assunto.
- O artigo de Mezzalira, Weber e Guzzo (2013) trata-se sobre as relações de poder e como os profissionais da educação infantil sentem-se no ambiente de trabalho. A pesquisa é qualitativa, e os dados foram obtidos por meio da análise de 35 questionários preenchidos por professores, monitores e pela equipe gestora de uma escola municipal de educação infantil. Os resultados mostram a insatisfação e frustração dos profissionais no ambiente de trabalho, principalmente por não terem participação nos processos decisórios da instituição. O artigo enfatiza a necessidade de um psicólogo escolar para melhor desenvolver o trabalho desses profissionais.

- Vieira, Gonçalves e Bugs (2016) trazem em seu artigo a discussão sobre a relação entre o processo de trabalho docente e a saúde de 196 professoras que atuavam em escolas municipais de educação infantil do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, em 2011. A metodologia se dividiu em duas etapas. A quantitativa, por meio de questionário (Job Content Questionnaire) e qualitativa, por meio de entrevistas. Os resultados demonstram a precariedade no desenvolvimento do trabalho, a frustração quando não se chega ao objetivo, jornada intensa de trabalho e desvalorização da profissão, causando a culpabilidade pelo fracasso e o adoecimento desses profissionais.
- A pesquisa de Veríssimo e Fonseca (2003) apreende e analisa as representações de trabalhadoras de creches acerca do cuidado da criança, considerando o cuidar como atendimento às necessidades físicas e emocionais infantis, como etapa anterior às atividades pedagógicas, porém considerando o aprendizado. O trabalho foi desenvolvido a partir de entrevistas individuais e oficina pedagógica com trabalhadoras de creches de uma universidade pública, no Município de São Paulo (Brasil). Os resultados mostram que há um cuidado de qualidade, porém falta formação teórica e reflexão sobre o cuidar e o educar.
- Silva, Luz e Faria (2010) objetivam, em seu artigo, mapear os grupos e instituições que produzem pesquisas na área de educação sobre a infância, a criança e a educação infantil no Brasil, por regiões geográficas e principais temas investigados. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram feitas consultas no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, nos Cadernos de Indicadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação, relativos ao ano de 2006, e na base Lattes do CNPq. Os resultados mostram que os grupos de pesquisa da área de educação que investigavam temas relativos à infância, à criança ou educação infantil em 2008 estavam presentes em todas as regiões do país.
- O trabalho desenvolvido por Freitas e Shelton (2005) objetiva discutir sobre as políticas públicas de atendimento à criança pequena considerando as transformações culturais, sociais e econômicas. A discussão se desenvolve de maneira histórica (concepções de cuidado e educação ao longo do tempo) e comparativa (políticas estabelecidas nos Estados Unidos e no Brasil). A conclusão da discussão é a de que os conhecimentos sobre a importância

dos primeiros anos de vida produzidos, por exemplo, pela psicologia do desenvolvimento não foram ainda suficientemente incorporados ao atendimento à primeira infância nos Estados Unidos da América e no Brasil.

- A pesquisa de Marques e Sperb (2013) tem como objetivo compreender as concepções das crianças acerca da escola de educação infantil que frequentam. A amostra foi composta por cinco duplas de crianças de cinco anos de idade (três compostas de meninos e duas de meninas) que frequentavam a pré-escola. O estudo foi desenvolvido a partir de três sessões de brincadeiras. As duplas tinham afinidade e eram próximas. Somente fizeram parte da pesquisa as crianças que desejaram participar. Os resultados mostraram que as crianças têm uma boa percepção acerca do funcionamento das instituições de educação infantil que frequentam. Muitos dos aspectos mencionados por elas condizem com a proposta pedagógica da escola e com os valores e as expectativas culturais em relação à instituição. Mas as crianças trouxeram também informações que indicam a capacidade delas de participar de discussões sobre temas de seu interesse.
- Oliveira, Furtado, Souza e Campos-de-Carvalho (2003) desenvolveram sua pesquisa na área de avaliação de ambientes educacionais infantis utilizando duas escalas norte-americanas (Early Childhood Environment Rating Scale-ECERS e Infant/Toddler Environment Rating Scale-ITERS) por falta de instrumentos brasileiros de avaliação. As instituições que participaram da pesquisa foram filantrópicas, municipais, privadas e universitária. Os resultados mostram que as turmas de pré-escolas privadas apresentaram, no geral, escores mais altos que as municipais e filantrópicas, mas ainda distantes dos escores máximos possíveis de serem obtidos.
- O estudo desenvolvido por Bhering e Sganderla (2004) apresenta e analisa uma escala proposta por Farran & Collins (1996) que avalia a interação professor/criança a partir da atuação do professor com crianças entre três e seis anos durante o período de brincadeira livre em sala. A escala é dividida em 11 comportamentos avaliados nas dimensões quantidade, qualidade e adequação. Os resultados mostram o quanto é importante a interação professor/aluno, já que para melhor planejamento das aulas, o professor conheça a demanda e o que já pensam as crianças sobre variados assuntos; além do afeto e confiança construídos ao longo do período letivo.

- O artigo de Scheibe e Aguiar (1999) tem o objetivo de apresentar auxílios para melhor compreensão da situação atual do curso de pedagogia e dificuldades de implementação de diretrizes curriculares do curso, considerando o Ensino Superior brasileiro em geral. Conclui-se que é necessária formação do professor em nível superior por melhor nível e qualidade na escolarização brasileira, entender o curso de pedagogia vinculado a formação de professores, e mediar discussões conceituais às práticas de que está envolvido no processo educativo.
- O artigo de Reali, Tancredi e Mizukami (2008) tem por objetivo expor os referenciais teóricos-metodológicos e os resultados da pesquisa-intervenção sobre formação de mentores (professoras experientes em reuniões presenciais com as pesquisadoras, autoras desse trabalho) e professores iniciantes (a partir do Programa de Mentoria do Portal dos Professores da UFSCar). As principais ferramentas de coleta de dados são as narrativas — escritas e orais — e conversas interativas. O referencial teórico é extenso, considerando desde a aprendizagem da docência como processo contínuo até a importante possibilidade via internet de formação de professores. Os resultados destacam construção de novos conhecimentos profissionais pelas professoras iniciantes, mentoras e pesquisadoras (troca de conhecimento) para a promoção do desenvolvimento profissional da docência.
- Monção (2017) objetiva em seu artigo discutir a rotina das crianças na educação infantil (0 a 4 anos), com foco nos momentos de descanso e alimentação. Esta discorre sobre a importância da relação adulto/criança e integração cuidar e educar para uma educação infantil de qualidade. O artigo se desenvolveu a partir de pesquisa qualitativa (estudo de caso realizado em 2010 e 2011, em um Centro de Educação Infantil público da rede municipal de São Paulo). Os instrumentos utilizados foram a observação participante, análise documental e entrevista semiestruturada com a equipe do CEI e com as famílias. Os resultados apontam para contradições entre as proposições do projeto pedagógico (integração entre cuidado e educação) e os discursos e práticas das professoras com relação às crianças. Conclui-se que é preciso, por parte dos professores, reflexão, formação continuada e planejamentos semanais relacionados ao cuidado com o corpo.

- O capítulo 2 da dissertação de mestrado de Chamarelli (2013) tem por objetivo a compreensão das origens e raízes das políticas para os profissionais de Educação Infantil, em especial o auxiliar. Afirma que muitos relacionam o auxiliar a um mero assistencialista. Porém é um cargo profissional e que, infelizmente, exige pouca qualificação. Há poucos estudos em que o auxiliar é o objeto de estudo e isto reforça a necessidade de pesquisas sobre as políticas municipais para este profissional, prezando pela qualidade da educação infantil.
- Côco (2010) traz a definição do termo auxiliar de educação infantil pelo “DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente” (GESTRADO/UFMG) e abrange o tema ao reconhecimento social da profissão, formação, seus âmbitos legais, suas atribuições/ funções, entre outros.

1.2 Legislação na Educação Infantil

O atendimento educacional coletivo de crianças de creches e pré-escola sempre carregou consigo as ideias de cuidado e educação. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2013), a história da Educação Infantil (a partir do século XIX) estava atrelada às classes sociais, em que, no geral, crianças pequenas mais pobres recebiam na primeira infância, escolaridade voltada ao cuidar, enquanto as mais privilegiadas recebiam escolaridade voltada ao educar. O cuidar e o educar na Educação Infantil, atualmente, ainda são alvos de discussão nos meios acadêmico e escolar.

Para melhor atender a população de todas as classes sociais e desenvolver um bom trabalho com as crianças pequenas do país, leis, diretrizes, currículos, indicadores de qualidade, entre outros materiais de apoio são criados pelos órgãos públicos responsáveis pela educação. Porém, não somente os órgãos públicos são responsáveis pela educação. Em acordo com o artigo 2º da LDBEN, a educação é dever do Estado e da família. O Estado oferece a educação gratuita desde a educação infantil (de zero a cinco anos) ao Ensino Médio (até dezessete anos), enquanto a família, de acordo com o artigo 6º, deve, obrigatoriamente, matricular a criança na Educação Infantil a partir dos quatro anos de idade (BRASIL, 1996).

A constituição, o conjunto de normas e regras máximas do Estado, tem artigos relacionados à educação que asseguram os direitos e deveres dos cidadãos

de todas as idades. No Título II, Dos Direitos E Garantias Fundamentais, Capítulo II - Dos Direitos Sociais, o artigo 6º afirma que, dentre outras assistências sociais, é direito do cidadão ter educação (BRASIL, 1988).

É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar meios de acesso a essa educação de direito citada no artigo 6º, entre outras assistências sociais encontradas no Título III da Organização do Estado, Capítulo II - Da União, artigo 23 inciso V (BRASIL, 1988).

Para o desenvolvimento da educação em âmbito maior, o artigo 205, encontrado no Capítulo III Da Educação, Da Cultura E Do Desporto, Seção I - Da Educação, declara que a educação é dever do Estado e da família, contando também com a colaboração da sociedade para se atingir o desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

O ensino será ministrado, de acordo com o artigo 206, ainda na Seção I - Da Educação, com base em alguns princípios como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola no inciso I. (BRASIL, 1988). As condições não são citadas, por isso é preciso discutir as condições de acesso e permanência do aluno, das quais destaco o deslocamento, que deve ser amparado por transporte público coletivo caso haja necessidade, a alimentação e a saúde, que são essenciais para que o corpo esteja apto para interagir com o mundo e ter bom desenvolvimento tanto físico como cognitivo.

Outro princípio citado no artigo 206 é a valorização dos profissionais da educação escolar (BRASIL, 1988). Os professores de educação infantil da rede pública assumem turmas sem o amparo de um auxiliar de sala, o qual acredito ser essencial para desenvolver um trabalho de qualidade com as crianças pequenas e não sobrecarregar o professor, já que a idade escolar dessas crianças ainda exige um certo grau de dependência para cuidado do corpo.

O artigo 206 merece ser discutido, de um modo especial, o que se encontra no inciso VII, que é a garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988). A qualidade vai além da garantia do direito, do acesso e da permanência, pois é preciso averiguar se o fim principal da escola está sendo atingido, que é a aprendizagem. Portanto, há outros fatores envolvidos para esse fim, como por exemplo, a organização escolar, o trabalho pedagógico, a relação aluno/professor, a relação aluno/aluno, família/ escola.

O Estado deve garantir, de acordo com o artigo 208 (ainda referente a Seção I - Da Educação), em seus incisos I e IV, respectivamente, educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade; educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade (BRASIL, 1988). Como já esclarecido na introdução, o Estado deve oferecer obrigatoriamente educação gratuita de zero a 17 anos, enquanto a família deve matricular as crianças obrigatoriamente no período de quatro a 17 anos.

Os Municípios são responsáveis, prioritariamente, de acordo com o artigo 211 da Seção I - Da Educação, no parágrafo 2º, pela atuação no ensino fundamental e na educação infantil.

Em resumo, a Constituição Brasileira, portanto, afirma ser direito de todo cidadão ter educação, em que o Estado deve oferecer o acesso e a própria educação (zero a 17 anos) com o apoio da sociedade e dever das famílias (matricular as crianças de quatro a 17 anos, em que a educação infantil, especificamente, é responsabilidade prioritária dos Municípios).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96 é a lei referente à Educação brasileira que foi responsável por regulamentar a estrutura e o funcionamento do sistema de educação do país e definir os objetivos a serem atingidos pela educação brasileira (CASTRO, 2016).

Regulamento a Constituição, a LDBEN traz muitas outras normas e informações para o desenvolvimento da educação, como por exemplo, o artigo 12 que, em seus incisos I, II e VI, respectivamente, afirmam que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e recursos materiais e financeiros e articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola (BRASIL, 1996). Estas normas favorecem maior autonomia, identidade e gestão democrática, as quais qualificam a educação.

Os docentes são responsáveis por participar da elaboração da proposta pedagógica da instituição de ensino e também zelar pela aprendizagem dos alunos, de acordo com o artigo 13, incisos I e III (BRASIL, 1996). A função dos docentes exige convivência e harmonia com a instituição e com os alunos. Vale destacar que na educação infantil, o contato com o professor é ainda mais importante, pois as crianças estão na primeira fase de escolarização e necessitam de constante afetividade. O professor, acompanhado por auxiliar em sala, poderia atender melhor

às necessidades dos alunos, já que a primeira etapa da educação básica, de acordo com o artigo 29, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, considerando aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2013).

A LDBEN possui uma seção específica para Educação Infantil que contempla três artigos. No artigo 31, terceiro desta seção, em seus incisos enfatiza que a educação infantil será organizada de acordo com avaliação mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional; atendimento à criança de, no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial e de sete horas para a jornada integral; controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, sendo exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (BRASIL, 1996; BRASIL, 2013).

Para os profissionais da educação, a LDBEN (BRASIL, 1996) também apresenta uma seção específica, e aponta no artigo 61 que são reconhecidos os profissionais da educação escolar básica os que são professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas. O artigo 61, inciso I, indica que profissionais que não tem ensino superior ainda atuam pela formação normal de magistério, porém, o artigo 62 afirma que, atualmente, a formação mínima de docentes atuantes na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena (BRASIL, 1996). Por isso, o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (2009) tem o objetivo de formar em nível superior esses professores atuantes que ainda não o possuem para qualificação da educação (BRASIL, 2009).

A formação do professor também exige sólida formação básica, conhecimento dos fundamentos científicos e sociais da sua área de atuação; associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; e o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades, de acordo com o parágrafo único da seção dos profissionais

da educação (BRASIL, 2009). Todas estas exigências têm o objetivo de qualificar a educação e expandir conhecimentos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, reconhecido pela Lei N° 8069, de 13 de Julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, como exprime seu artigo 1º e considera, em seu artigo 2º, crianças, pessoas com idade até 12 anos incompletos e adolescentes, pessoas com idade entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990).

O Capítulo IV, sobre direito à educação, cultura, ao esporte e lazer, em seu artigo 53 enfatiza aspectos já citados na Constituição e, posteriormente, presentes na LDBEN, que são o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Em seus incisos I e V, especifica a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação, reconhecido pela Constituição em seu artigo 214, tem duração decenal e o objetivo de definir diretrizes, metas e estratégias para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em suas diversas etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos (BRASIL, 2014a). As metas do PNE (2014/2024) são 20. A meta um até a 11, são relacionadas à garantia do direito à educação e a qualidade. As metas 12 a 14 referem-se ao ensino superior. A meta 15 à 18, são relacionadas à valorização dos profissionais de Educação. E as duas últimas, respectivamente, relacionadas à efetivação da gestão democrática e investimento público (BRASIL, 2014a).

Há muitos materiais de apoio, produzidos pelo Ministério da Educação, para que se alcance as metas e qualifique a educação brasileira, dos quais podemos citar: o Plano de Desenvolvimento da Escola, que objetiva descentralizar a gestão escolar e passar a responsabilidade de desenvolvimento das escolas para as próprias escolas, para terem maior domínio e liberdade em suas decisões; as Diretrizes curriculares Nacionais (DCNs) que são de base nacional comum e objetivam orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras; o Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, com base nas DCNs, objetiva nortear o ensino público do DF; os Indicadores de Qualidade que objetivam contribuir nas práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais dos alunos

e ajudem a construir uma sociedade mais democrática, buscando sempre a qualidade da educação.

Todas as discussões, leis e materiais citados corroboram para o ensino da Educação Básica do país, porém, é preciso averiguar e pensar sobre a prática de todos os agentes envolvidos nesta missão de educar, a União, os Estados, os Municípios, a escola, os profissionais, a sociedade, a família e o aluno.

1.3 Oferta da Educação Infantil

O ciclo natural do ser humano, após seu nascimento, é o desenvolvimento físico e cognitivo. Este processo está relacionado à sua socialização, pois utiliza esta capacidade para aprender e crescer com outros seres humanos. O primeiro círculo social que a criança participa é a família, a qual tem o dever de educá-la. Outros círculos sociais são acrescidos ao desenvolvimento da criança ao longo do tempo, por exemplo, a escola, a qual também tem o dever de educá-la.

Em 2005, a Educação Infantil era o setor da educação com as maiores taxas de crescimento da América Latina. O aumento de mulheres no mercado de trabalho não explicava em sua totalidade o aumento pela demanda da Educação Infantil, pois uma parcela das mães dos alunos, não trabalhava, por isso, deveria e deve-se, atualmente, considerar outros componentes que atuam no conjunto de constantes transformações culturais, sociais e econômicas (FREITAS, 2005).

Outros fatores para o aumento da demanda, como a queda do índice de mortalidade infantil e a urbanização intensa, são apontados por Rosemberg (1999), a qual ainda expõe que no período de governos militares, o Estado implantou políticas de intensa expansão de oferta de vagas para preparação de crianças consideradas carentes para o ingresso no Ensino Fundamental. Posteriormente, a Educação Infantil em massa sofreu impacto de ideias advindas de movimentos sociais das décadas de setenta e oitenta.

A Educação Infantil é reconhecida pela LDBEN 9394/96 como a primeira etapa da Educação Básica e por isso a responsabilidade do Estado diante desta nova etapa obrigatória é ainda maior (BRASIL, 1996). Felizmente, a taxa de frequência à escola ou creche de crianças de 0 a 6 anos, apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consta aumento percentual, pois em

1991 era de 27,5 e em 2007 de 44,5 (BRASIL, 2007). O que indica que mais crianças tem frequentado a Educação Infantil durante esses anos.

Porém, Rosemberg (2014), baseada no Censo Demográfico de 2010, afirma que ainda há um expressivo número de crianças de zero a cinco anos que não estão matriculadas na creche (que corresponde a 8,3 milhões) ou escola (que corresponde a 1,1 milhão). Há de se enfatizar que a obrigatoriedade da matrícula dos alunos é a partir dos quatro anos de idade e que a oferta de creches é responsabilidade do Estado e Municípios e a matrícula dos alunos optativa.

A Tabela 8-A dos Indicadores Demográficos e Educacionais do MEC apresenta os números de creches e pré-escolas existentes no Distrito Federal.

Tabela 8-A. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em de Distrito Federal				
Modalidade/Etapa	Número de Escolas			
	Ano	Urbana	Rural	Total
CRECHE	2007	10	-	10
	2008	12	-	12
	2009	16	-	16
	2010	19	-	19
	2011	37	-	37
	2012	29	-	29
	2013	31	-	31
PRÉ-ESCOLA	2007	248	70	318
	2008	189	30	219
	2009	191	43	234
	2010	212	41	253
	2011	191	47	191
	2012	192	48	192
	2013	193	48	241

Fonte: Indicadores Demográficos e Educacionais - Portal do Governo Brasileiro (2014).

No ano de 2007 havia dez creches (para crianças de zero a três anos) na área urbana e nenhuma na área rural. Já em 2013, o número de creches na área urbana aumentou para 31, mas na área rural ainda não havia nenhuma. De acordo com os dados apresentados nesta Tabela, mesmo não sendo obrigatória a matrícula de alunos em creches pelos familiares, houve falha do DF na oferta obrigatória da primeira etapa educacional nas áreas rurais.

No ano de 2007, o número de pré-escolas (para crianças de quatro a cinco anos) na área urbana do DF era 248 e na área rural 70. Já em 2013, infelizmente, houve um decréscimo do número de pré-escolas tanto na área urbana como na rural. Os números caíram para, respectivamente, 193 e 48. Estes dados são preocupantes, pois, mesmo não havendo informações sobre o motivo da diminuição, significa que há menos escolas disponíveis para a população.

O Mapa de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (2015) exhibe o percentual da população de quatro a cinco anos (Indicador 1A) que frequenta a escola e ao percentual da população de zero a três anos (Indicador 1B) que frequenta a creche, ambos no DF. Os resultados da pesquisa, na devida ordem, são de 97,64% e 27,36%. As crianças com idades para frequentar as creches, em sua maioria, não frequentam. As causas para este resultado podem ser diversas, como por exemplo a opção dos familiares de não matricular os pequenos no ambiente escolar, porém, a tabela 8-A dos Indicadores Demográficos e Educacionais do MEC, já apresentada, indica também que a oferta de creches é insuficiente, o que impede que haja opção para esses familiares, principalmente na área rural.

No Brasil, de acordo com o Censo Escolar realizado pelo Inep em 2014, havia 58,6 mil creches e 106,5 mil pré-escolas, em sua maioria públicas (BRASIL, 2014b). O número de creches disponíveis é menor que o número de pré-escolas, todavia o número de pré-escolas no período de 2008 a 2014 não teve recaídas bruscas e nem aumento considerável, já as creches, no mesmo período, de todas as etapas de ensino oferecidas na educação básica, foi a que mais cresceu segundo o Censo Escolar (BRASIL, 2014b). Mesmo que ainda não haja oferta de creches o suficiente para a população, os municípios, de acordo com os dados, tem dado maior atenção para esta necessidade.

Além da oferta em si, é preciso repensar na infraestrutura e condições para manter esta oferta, pois para o processo de ensino-aprendizagem alguns instrumentos são necessários, como ambientes pedagógicos, espaços para alimentação e higienização, entre outros. De acordo com o Censo Escolar de 2013, as escolas privadas da Educação Básica têm melhor infraestrutura, mais bibliotecas, acesso à internet, quadras de esporte, vias adequadas para alunos com deficiência (BRASIL, 2014c). As escolas públicas, porém, têm maior acesso a laboratórios de informática. Isto indica que as escolas privadas têm proporcionado melhores condições de ensino-aprendizagem aos alunos do que as escolas públicas.

As famílias têm procurado cada vez mais a Educação Infantil por vários motivos já citados e a frequência das crianças pequenas nesses espaços escolares aumenta. Porém, ainda há um expressivo número de crianças que não frequenta esta primeira etapa da Educação Básica e os dados indicam que há falhas na oferta pública. É perceptível que há preocupação, por parte dos Municípios, com a oferta da Educação Infantil, pois há aumento considerável no número de creches, contudo, é importante também aumentar o número de pré-escolas com boas estruturas, principalmente em áreas rurais.

1.3.1 Funcionamento da Educação Infantil

Cada vez mais requisitada pelas famílias, a oferta da Educação Infantil deve ser pensada e discutida a partir das bases necessárias para o desenvolvimento saudável das crianças pequenas (cuidar e educar), pois carrega mudanças delicadas para a criança e para família por ser a primeira etapa da educação básica e o primeiro contato da criança com o ambiente de escolarização.

Monção (2017) expressa que as políticas públicas e as práticas cotidianas na Educação Infantil devem ser norteadas pelos direitos fundamentais das crianças baseados no reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, capazes de participar de seu processo de formação e no reconhecimento do espaço coletivo como contexto que possibilite a socialização das crianças, em parceria com a família.

As necessidades das crianças pequenas devem ser entendidas para melhor atendê-las no ambiente escolar, considerando desde os cuidados mais básicos como alimentação e higienização até aspectos mais complexos como afetividade e o processo de ensino-aprendizagem. A oferta de Educação Infantil já vigora e precisa ser avaliada com o objetivo de averiguar se atende aos alunos e cumpre sua função maior que é a educação.

A Educação Infantil necessita de um espaço físico adaptado aos pequenos, para que possam utilizá-lo de maneira mais autônoma, por exemplo, carteiras, vasos sanitários, bebedouros adequados ao tamanho deles. O espaço também deve dispor de ambientes que propiciem brincadeiras e diferentes tipos de aprendizagem, por exemplo, sala de aula, parque, pátio.

Carvalho (2014) aponta que muitos pais e professores não percebem a brincadeira como atividade complexa, mas um passatempo entre atividades consideradas mais importantes. Enganam-se, pois é na brincadeira que há ricas trocas culturais, as crianças se expressam, descobrem e praticam a ação e a reação (moldam o entendimento do real), criam um cenário imaginativo que envolve regras desenvolvidas de acordo com cada situação e ainda exploram o corpo, o som e o movimento. A brincadeira não é mera reprodução dos papéis sociais e dos adultos exemplares, pois é possível criar, experimentar e conhecer aspectos não anteriormente observados conjuntamente.

Para que o uso do espaço físico seja intencional para diversas aprendizagens, é preciso que haja profissionais qualificados e engajados no maior objetivo da escola, que é a educação. O uso e organização do espaço físico se dá na rotina diária.

Monção (2017) apresenta a rotina de um Centro de Educação Infantil e analisa como é organizado o tempo dos adultos e crianças envolvidos. A rotina, na pesquisa, girava em torno de preocupações com os horários das atividades e não com o desenvolvimento e necessidades das crianças. Não havia regularmente reflexões, por parte das professoras, durante as reuniões relacionadas às necessidades das crianças, porém, certa vez pontuaram sobre o curto tempo de refeição das crianças que prejudicava o desenvolvimento delas.

O Currículo em Movimento do Distrito Federal (2013) enfatiza que a rotina é apenas um dos elementos que compõem o cotidiano da Educação Infantil, pois esta rotina deve adequar-se às necessidades infantis e não o inverso. Ela deve ser dinâmica, flexível e surpreendente e o professor deve considerar os materiais, o espaço e tempo, e também os sujeitos que estarão envolvidos nas atividades.

Além da rotina, há outros aspectos a serem considerados e repensados na Educação Infantil, por exemplo, os princípios básicos apresentados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) que são divididos em éticos, políticos e estéticos. Os princípios éticos sugerem a valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Considerando os desejos e pensamentos das crianças. Os princípios políticos sugerem direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática, considerando a formação participativa das crianças. Os princípios estéticos sugerem a valorização da

sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais, considerando a liberdade de criação das crianças.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) apontam também, além dos aspectos legais da Educação Infantil, a importância do envolvimento da família com a escola para o desenvolvimento da criança, pois este se dá a todo instante. A participação das famílias na gestão da proposta pedagógica possibilita articular os dois contextos de forma a ampliar as experiências e saberes das crianças.

Oliveira (2010) afirma que muitos educadores e especialistas da área acreditam que o termo “currículo” não deveria vincular-se à Educação Infantil, preferem utilizar-se do projeto pedagógico, pois ficam receosos pela associação do termo “currículo” à escolarização vivenciada por outros segmentos como Ensino Fundamental e Médio que envolvem matérias escolares. Mesmo não assumindo disciplinas escolares separadas, a Educação Infantil deve dispor de instrumentos de avaliação de aprendizagem para que haja reflexão dos professores quanto às suas práticas pedagógicas e aperfeiçoamento da exposição e compartilhamento de conhecimento nas relações professor-aluno e aluno-professor.

Oliveira (2010) acrescenta que o projeto pedagógico orienta a instituição em suas ações, metas e propostas com o objetivo de articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade.

O projeto pedagógico deve basear-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e considerar o contexto social específico das crianças e famílias participantes da instituição de Educação Infantil, os grupos culturais, a gestão democrática, entre outros.

A oferta e o desenvolvimento do trabalho pedagógico na Educação Infantil são extremamente complexos, pois unem, entre outros, os agentes participantes em seus direitos e deveres, verba para sustento do trabalho, reflexões e ações pedagógicas, avaliação e administração. E para garantir a continuidade de todo o processo de aprendizagem da criança em suas transições, tanto no início da Educação Infantil como na passagem para o Ensino Fundamental, Oliveira (2010) afirma que é preciso criar estratégias adequadas para as diferentes transições, considerando todo o processo de adaptação das crianças e responsáveis e atentando para a realidade das crianças dentro e fora da escola.

1.4 Profissionais que atuam nas Atividades Meio e Fins da Educação Infantil

Encontra-se na LDBEN (BRASIL, 1996), em seu primeiro artigo, que a educação abrange processos de formação do indivíduo no contexto familiar, de convivência humana, de trabalho, de instituições de ensino e pesquisa, dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e de manifestações culturais. Esclarece no inciso segundo, deste mesmo artigo, que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Segundo Oliveira e Alencar (2010), o espaço escolar é privilegiado para promover o desenvolvimento e as habilidades criativas dos alunos, já que possui caráter educativo, porém, infelizmente, a característica reprodutivista está presente em muitas escolas. Neste cenário da criatividade “gestores e orientadores educacionais desempenham papéis de relevância dentro da escola, uma das esferas de produção de capacidade de trabalho, que é um dos principais elementos de inserção social” (OLIVEIRA e ALENCAR, 2010, p. 246).

O desenvolvimento integral do aluno está vinculado ao amplo contexto social que está inserido. Por isso, na escola, o desenvolvimento deste aluno não está associado somente ao que vivencia dentro de sala de aula, mas sim em todas as relações sociais que estabelece no ambiente escolar e suas experiências.

O professor é o profissional que tem, entre outras, a função de provocar pensamento crítico em seus alunos, estar aberto a indagações e curiosidades, valorizar as habilidades individuais, reconhecer o contexto de vivência dos alunos e relacioná-lo aos conteúdos curriculares (OLIVEIRA, 2014).

Apesar do professor ser o responsável direto pelo processo de aprendizagem do aluno, todos os funcionários que estão inseridos no contexto escolar têm sua contribuição neste processo, pois fazem parte das interações sociais do contexto. O aluno, principalmente de Educação Infantil, observa tudo à sua volta, até mesmo ações automáticas e inconscientes dos profissionais da escola.

Estes funcionários em diversas áreas de atuação, auxiliares, merendeiros, bibliotecários, secretários, responsáveis pela limpeza, entre outros, de acordo com Brasil (2004), não são meros cumpridores de tarefas, mas educadores na sua área

de atuação, ampliando a missão de educar para todos os profissionais envolvidos no contexto escolar, uma vez que:

[...] para transformações mais significativas na educação precisamos antes buscar a capacitação continuada dos profissionais ora presentes no mercado de trabalho para que suas identidades profissionais sejam reforçadas e, acima de tudo, seja promovida a (re)descoberta de papéis. Assim, a interdisciplinaridade poderá ser exercida responsavelmente por diversos profissionais da área da saúde e educação (SHOLL-FRANCO, MIGUEL, CARDOSO, 2014, p. 4).

A conscientização destes funcionários de seu papel de educadores acarreta em uma nova identidade profissional e exige profissionalização (formação inicial e continuada) tanto quanto os professores. Esta profissionalização depende de uma Política Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Funcionários de Escola em conjunto com o governo (federal, estadual, municipal) e sociedade para se obter também remuneração justa, condições adequadas de trabalho e reconhecimento social (BRASIL, 2004).

Os alunos pequenos ainda são dependentes dos profissionais da escola para desenvolverem muitas atividades, por isso, todos os profissionais inseridos no contexto precisam estar preparados para acompanhá-los, pois também são responsáveis pela formação integral destes alunos.

1.5 Função do Auxiliar dentro da Legislação

A palavra auxiliar pode ser utilizada na língua portuguesa como verbo, com o sentido de prestar assistência a alguém, ou como substantivo, para denominar quem pratica tal assistência. A saúde e a educação são áreas de atuação, por exemplo, que possuem espaço para auxiliares e para ricas aprendizagens de graduandos das respectivas áreas.

Na Educação Básica das redes públicas e privadas, os profissionais de assistência à educação são profissionais de apoio ao trabalho pedagógico nas mais diversas atividades e funções, por exemplo, docente, cozinheiro, porteiro.

Segundo a LEI Nº 3.319/2004, em seu artigo 15, a carga horária de trabalho dos servidores do Distrito Federal dessa carreira de assistência é de trinta horas semanais e é possível que seja ampliada em caso de carência de servidores da mesma especialidade. O artigo 16 refere-se à preocupação pela qualificação desses profissionais que deve ocorrer por meio de participação em cursos de formação, especialização, mestrado e doutorado, entre outros oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação ou por instituições legalmente autorizadas. Além da preocupação pela qualificação, os artigos 17 e 18 demonstram reconhecimento aos serviços prestados, pois tratam da progressão funcional do servidor, baseada na antiguidade, merecimento, qualificação do profissional e avaliação do desempenho (DISTRITO FEDERAL, 2004).

Muitos auxiliares de docentes da rede pública são estagiários graduandos de cursos de licenciatura não remunerados que conciliam a teoria e a prática, supervisionados pelos professores titulares ou educadores sociais. Na rede privada de ensino, os estagiários também conciliam a teoria e a prática mas são remunerados e muito requisitados, principalmente na Educação Infantil. O número de crianças por professor apontado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2013) é de seis a oito (no caso de crianças de zero a um ano), 15 (no caso de crianças de dois a três anos) e 20 (no caso de crianças de quatro e cinco anos), porém este número ainda é alto na educação infantil e dificulta a aplicação do cuidado e da educação, por isso algumas instituições, principalmente privadas, tem um ou mais auxiliares presentes em sala.

Na Educação Infantil, os auxiliares atuam, em sua maioria, na docência e tem muitas denominações (berçarista, monitor, recreador, professor auxiliar, entre outros), exercendo atividades diretamente com os alunos. Porém, não são todos que pertencem à carreira de magistério (CÔCO, 2010). De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2013), estes profissionais não podem atuar como professores titulares e a exigência mínima de formação destes profissionais que prestaram concurso público varia de município para município.

O auxiliar docente exerce funções pedagógicas muito parecidas ou até mesmo iguais ao professor titular e ainda exerce funções de atendimento às necessidades básicas dos pequenos, por exemplo, alimentação, higiene, acompanhamento em diversas atividades para facilitar o trabalho de ensino do

professor. Contudo, a hierarquização das funções podem resultar em um trabalho pedagógico não unificado nos quesitos cuidar e educar. (CÔCO, 2010).

Farran e Collins (*apud* BHERING, 2004) propuseram a Escala de Interação Professor/ Criança, a qual avalia as formas de interação desenvolvidas pelo professor com os alunos no período de brincadeira livre. A escala tem onze comportamentos, dos quais destaco o envolvimento físico, envolvimento verbal e ensino. Estes comportamentos não são somente do professor, mas também do auxiliar que está envolvido no contexto de docência.

Tanto o professor como o auxiliar interagem a todo instante com os alunos e são responsáveis pelo cuidado e educação dos mesmos, por isso é preciso que ambos tenham domínio das práticas pedagógicas como das ações básicas de cuidado. Portanto, a qualificação do professor e do auxiliar da Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento integral das crianças.

1.6 Contribuições e Atuação do Auxiliar em Sala de Educação Infantil

O auxiliar acompanha o professor titular e os alunos no cotidiano escolar com o intuito de dar suporte ao desenvolvimento das diversas atividades. Na Educação Infantil este suporte é essencial, pois os alunos ainda são muito pequenos e necessitam de maior atenção.

Cerisara (*apud* Chamarelli, 2013) discorre que o auxiliar de sala, inicialmente, em Florianópolis, era escolhido pela comunidade e responsável pela limpeza da sala e por causa do aumento do número de alunos, houve a necessidade de se ter um auxiliar de limpeza para cada sala. Este caso “parece ser um indício a respeito da possível origem do nome mantido até hoje de auxiliar de sala” (CHAMARELLI, 2013, p. 39).

Atualmente, algumas contribuições do auxiliar são: cuidar da higiene das crianças, auxiliá-las na alimentação, manter a harmonia entre elas, acompanhá-las nas diversas atividades, ajudar o professor com o desenvolvimento das atividades pedagógicas, refletir conjuntamente sobre o crescimento dos alunos e as dificuldades cotidianas e pensar em soluções.

O cuidado na Educação Infantil não deve ser interpretado como meramente assistencialista. As atividades pedagógicas estão intrinsecamente ligadas às atividades rotineiras relacionadas às necessidades físicas, pois o corpo e a mente

estão envolvidos em significados no contexto sociocultural (MARANHÃO, 2000). Não há como dissociar um momento de aprendizagem a um momento de cuidado, pois ambos caminham juntos. Há aprendizagem no cuidado e há cuidado na aprendizagem.

É essencial que o auxiliar tenha conhecimento que o exercício do cuidado da criança é “compreender sua singularidade como pessoa e como ser, que está em contínuo processo de crescimento e desenvolvimento, assim como ajudá-la a identificar suas necessidades humanas em cada fase e atendê-las”(MARANHÃO, 2000, p. 118).

A interação do auxiliar com as crianças pequenas é constante e o preparo deste profissional é essencial para o desenvolvimento delas, considerando que o processo de ensino-aprendizagem ocorre a todo instante. A atuação do auxiliar requer intencionalidade educacional, ou seja, “gostar de criança não basta para o exercício do magistério da Educação Infantil” (CHAMARELLI, 2013, p. 40).

A educação inicial é o suporte de desenvolvimento dos pequenos em aspectos gerais de aprendizagem, por isso esta fase não pode ser inferiorizada ou enfraquecida no sentido que basta ao educador utilizar funções maternas ou do senso comum para desenvolver as atividades escolares (GALVÃO, BRASIL, 2009). O profissional da Educação Infantil, principalmente professores e auxiliares, devem ter bases teóricas e conhecimento do amplo trabalho pedagógico que deve ser produzido com os pequenos.

A formação inicial do auxiliar em contexto nacional apresentado pelo Panorama das políticas de educação infantil no Brasil (2018) na Tabela 15 mostra que não há definição de escolarização mínima para atuação, já que a formação varia entre Ensino Fundamental incompleto até Ensino Superior. Felizmente, o percentual de auxiliares com Ensino Superior (34%) é significativamente maior que o de Ensino Fundamental Incompleto (2%). Porém, há mais auxiliares com formação de Educação Básica do que formação de Ensino Superior, o que sugere que, no geral, os auxiliares não têm formação direcionada ao ensino.

Tabela 15 – Número e porcentagem de auxiliares por nível de escolaridade

	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio		Ensino superior	Total
			Ensino médio normal magistério	Ensino médio		
Auxiliares	4.140 (2%)	11.095 (6%)	43.914 (22%)	72.117 (36%)	67.832 (34%)	198.999 (100%)

Fonte: Censo Escolar 2013 – INEP (BRASIL, 2014).

Apesar de ter a função de auxiliar, muitas vezes este profissional assume o papel de professor, mesmo sem formação Superior, pois, entre outros motivos, o período integral ofertado em algumas escolas de Educação Infantil costuma ser maior que o período de trabalho do professor. Logo, para substituir a falta de professor em sala de aula, o auxiliar assume este papel, mesmo sem formação adequada nem contrato de trabalho referente ao cargo. Outro problema é que não há políticas que garantam a formação inicial ou continuada destes profissionais (ABUCHAIM, 2018).

Este profissional precisa de formação inicial e continuada para exercer sua função de forma mais qualificada e intencional, ter atribuições melhor definidas pelos órgãos públicos, ter boas condições de trabalho e incentivos de carreira e maior atenção em pesquisas acadêmicas, com o intuito de refletir e propor mudanças sobre a realidade desse profissional.

1.7 Espaço Físico e Recursos Materiais na Educação Infantil

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil são um instrumento de autoavaliação de escolas, juntamente com a comunidade com o objetivo de auxiliar e contribuir no desenvolvimento de “[...] práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática” (BRASIL, 2009, p. 9).

“Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo” (BRASIL, 2009, p. 15). O conjunto de indicadores facilita a identificação de aspectos positivos e negativos no cotidiano da Educação Infantil e possibilita a discussão sobre prioridades e ações para a melhoria deste cotidiano (BRASIL, 2009).

Os aspectos considerados na autoavaliação dizem respeito, respectivamente, aos direitos humanos fundamentais; reconhecimento e a valorização das diferenças; respeito ao meio ambiente, desenvolvimento de uma cultura de paz e a busca por relações humanas mais solidárias; finalidades da educação e a forma de organização do sistema educacional; conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento infantil, a cultura da infância, as maneiras de cuidar e educar a criança pequena em ambientes coletivos e a formação dos profissionais de educação infantil (BRASIL, 2009).

Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2009) apontam que a construção dos espaços físicos deve ser baseada nas necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual, social, afetivo e criativo). Há de se considerar nestes espaços o “[...] conforto térmico, visual, acústico, olfativo/qualidade do ar) e qualidade sanitária dos ambientes” e “[...] adequação dos ambientes internos e externos (arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas) com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil e a acessibilidade universal, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos” (BRASIL, 2006, p. 21).

Após a construção e disponibilidade dos materiais, a responsabilidade de utilização do ambiente cabe à instituição e, principalmente, ao professor, pois a existência do espaço não garante sua utilização adequada em prol do desenvolvimento das crianças. Há inúmeros lugares na escola que podem ser explorados de maneiras diferentes, cabe aos professores pensarem e organizarem atividades que contemplem um contexto amplo de aprendizagens e aos outros profissionais manter tais ambientes limpos e disponíveis às crianças.

É importante destacar que o uso dos ambientes externos exige cuidados e atenção maior do professor, pois, entre outros motivos, o ambiente pode ser muito amplo, dificultando a supervisão da turma. A atuação do auxiliar modifica e facilita a dinâmica das atividades em ambientes internos e externos, pois contribui na supervisão e interação com a turma.

Os materiais disponíveis nos ambientes da escola ou até mesmo guardados, devem estar limpos e conservados para serem utilizados, por isso é importante o envolvimento de todos os profissionais da escola, pois cada função favorece o desenvolvimento das crianças.

O professor, tendo acesso a estes materiais diversos, não deve se conformar com atividades repetitivas que não trazem novidades ao conhecimento das crianças, e sim estar sempre diversificando os materiais para trabalhar suas intencionalidades. O auxiliar que conhece a realidade infantil em prática e teoria tem grande influência na diversificação destas atividades em conjunto com o professor titular.

A utilização do ambiente e do material didático exige esforço de todos os profissionais envolvidos na escola, porém, o professor de educação infantil tem maior responsabilidade, pois este está à frente das atividades cotidianas da turma e o apoio do auxiliar seria essencial para que esses espaços e materiais pudessem ser cada vez mais explorados, proporcionando melhor atendimento e interação com as crianças.

2 METODOLOGIA

2.1 Natureza dos Dados e Base Metodológica

A pesquisa é de caráter qualitativo, pois prioriza a compreensão e a interpretação do contexto em uma perspectiva integrada, com o objetivo de captar o fenômeno a partir dos sujeitos envolvidos (GODOY, 1995), de dados concretos vivenciados, estudos teóricos, questionário e a legislação para compreender melhor a realidade do auxiliar na Educação Infantil.

O processo de construção desta pesquisa é baseado nas metodologias exploratória e descritiva. Exploratória, pois busca esclarecer ideias sobre a função e a formação do auxiliar. Descritiva, pois objetiva apresentar características do contexto de atuação do auxiliar na Educação Infantil (GONSALVES, 2011).

A junção dessas metodologias propicia tanto a utilização e análise de dados concretos como a busca pelo entendimento do contexto e reflexão sobre a realidade do auxiliar na Educação Infantil.

2.2 Procedimentos e Instrumentos de Coleta

2.2.1 Procedimentos

A coleta foi realizada em duas etapas, primeiro, o relatório através da observação do cotidiano infantil, a qual foi realizada durante minha atuação como auxiliar em estágio supervisionado obrigatório e posteriormente, fora do período de estágio, através de questionário a duas professoras de Educação Infantil.

O estágio supervisionado aconteceu no período de dois semestres consecutivos, respeitando a carga horária de 90h em cada semestre. Foram produzidos dois relatórios, um para cada semestre observado. Há nestes relatórios minhas observações diárias do cotidiano do campo de pesquisa. Já o questionário, foi produzido para conhecer e refletir sobre as opiniões e realidades de professoras, as quais eu fui auxiliar, de redes de ensino distintas sobre o tema desta pesquisa.

A pesquisa é caracterizada como pesquisa de campo, pois houve contato direto com o espaço e pessoas envolvidas. É também um estudo de caso, pois privilegia casos específicos, como o relatório no cotidiano escolar e as opiniões de duas professoras, com o objetivo de propor mudanças para o contexto estudado

(GONSALVES, 2011). Há de se pontuar a necessidade de perceber e esclarecer a multiplicidade de dimensões existentes no contexto complexo (GODOY, 1995).

2.2.2 Instrumentos de Coleta de Dados

O método observacional é muito utilizado na área de ciências sociais, mesmo sendo considerado um método primitivo em outras áreas, nas ciências sociais tem grande precisão, pois é muito próximo ao procedimento experimental (GIL, 2008).

A observação apresenta vantagens à pesquisa, pois a experiência direta proporciona ao pesquisador resgate a experiências pessoais que o auxiliam no processo de reflexão, interpretação e compreensão do fenômeno estudado. A aproximação do pesquisador aos sujeitos da pesquisa aprimora a percepção de significados nas ações observadas (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

As observações desta pesquisa foram registradas em formato de relatório reflexivo para a minha conclusão das duas etapas de estágio obrigatório, contendo informações relevantes do cotidiano para a formação profissional. O relatório é composto por capa, folha de rosto, sumário, introdução, desenvolvimento (descrição, análise e interpretação desde a chegada à escola até o último dia de estágio), planos de aulas, conclusão, referências bibliográficas e anexos.

As principais informações do relatório estão na descrição, análise e interpretação do cotidiano, encontradas no tópico de desenvolvimento do relatório.

O questionário é uma:

[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (GIL, 2008, p. 121).

As perguntas do questionário podem ser classificadas em abertas, as quais oferecem liberdade ao participante da pesquisa tanto em opiniões como na forma de escrita e expressão, e em fechadas, as quais oferecem ao participante alternativas pré-definidas, que podem ser múltipla escolha ou dicotômicas (CHAER, DINIZ e RIBEIRO, 2011).

O questionário desta pesquisa é destinado a duas professoras de Educação Infantil, as quais eu fui auxiliar, com o intuito de conhecer e refletir sobre suas opiniões e realidades diante da atuação do profissional auxiliar de sala. O questionário possui três questões fechadas dicotômicas e duas abertas (considerando que uma delas é separada em “a” e “b”). Seguem as questões do questionário:

1- Tipo de instituição em que atua:

Pública () Privada ()

2- Em sua sala, há um(a) auxiliar atuante?

Sim () Não ()

3- Em sua opinião, é necessária a presença de um auxiliar em sala de aula na Educação Infantil? Sim() Não ()

4- De acordo com suas experiências:

- a. Quais as contribuições deste profissional no cotidiano?*
- b. Quais os impactos com a falta deste profissional no cotidiano?*

5- O profissional auxiliar de sala, em sua opinião, deve ter preparo direcionado à Educação (Ensino Superior completo ou incompleto, cursos profissionalizantes, entre outros) para atuar?

2.3 Espaço e Sujeitos da Pesquisa

Realizei a pesquisa observacional em um Centro de Educação Infantil (CEI) localizado em São Sebastião-DF, durante meu estágio supervisionado obrigatório. O CEI tem um espaço pequeno, porém apropriado e agradável para o número de alunos.

Há na escola estacionamento restrito para funcionários, secretaria, direção, sala de vídeo, sala dos professores, pátio, salas com banheiro, sala dos funcionários da limpeza, refeitório, horta, casinha do brinquedo/quadra e parquinho de areia. A

estrutura física é bem elaborada e favorece o desenvolvimento de atividades pedagógicas diferenciadas, alimentação adequada e higiene.

Segundo a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, a renda per capita média mensal da população de São Sebastião em 2016 era de 985 reais, ou seja, a condição econômica dos moradores desta região, em média, é baixa (DISTRITO FEDERAL, 2016).

O CEI oferece para as crianças dois turnos distintos, ambos com duas refeições. Para os alunos da manhã, café da manhã e almoço e para os alunos da tarde, lanche e jantar. Além desses benefícios, o CEI prioriza a participação dos pais em suas atividades, principalmente festivas.

Os sujeitos observados são alunos de uma turma de primeiro período (quatro e cinco anos) do turno vespertino; professora titular desta turma; e outros profissionais envolvidos no contexto escolar (professor de educação física, profissionais da limpeza, cozinheiras, auxiliares que recebem as crianças na entrada).

As crianças desta turma e a professora titular foram as mais observadas, porém, os outros profissionais também contribuíram com suas ações cotidianas para reflexões sobre a prática pedagógica e a relação entre o cuidar e o educar.

Utilizei também para esta pesquisa questionário via e-mail para duas professoras, uma da rede pública e outra da rede privada.

2.4 Princípios da Análise de dados

A análise desta pesquisa foi feita a partir das observações presentes nos relatórios do estágio supervisionado e as reflexões sobre as respostas do questionário respondido por duas professoras, com o intuito de compreender o contexto vivenciado, reconhecer outros pontos de vista e relacioná-los à importância do auxiliar em sala.

Apresento relatos que presenciei como auxiliar no estágio obrigatório e as diferentes visões das professoras entrevistadas e faço a análise a partir de reflexões, pesquisas e autores referentes ao tema.

3 ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados se deu durante o estágio supervisionado no Centro de Educação Infantil em São Sebastião - DF e com a aplicação de questionário a duas professoras de Educação Infantil no Distrito Federal. O estágio supervisionado é um componente curricular para a formação no Curso de Pedagogia, representado pela disciplina Projeto 4, que tem como objetivo aproximar o graduando à área de atuação profissional para ampliar seu conhecimento e fazê-lo refletir sobre a realidade educacional. O questionário, contendo questões objetivas e subjetivas, foi respondido virtualmente por duas professoras, uma da rede pública e outra da rede privada.

3.1 Estágio Supervisionado

Em duas etapas nos períodos de 30 de Março a 30 de Outubro no ano de 2017, ocorreu a coleta de dados no Centro de Educação Infantil em São Sebastião - DF, na turma de primeiro período (4 e 5 anos). Esta experiência, assim como outras, trouxe-me muitos sorrisos e apuros que são e serão lembranças valiosas, tanto para a minha prática pedagógica, como para meu cotidiano. A seguir, encontram-se trechos dos relatórios sobre as situações que presenciei neste contexto escolar com o objetivo de refletir teoricamente sobre a prática observada e vivenciada.

Relato 1

No dia anterior, visitaram o circo, por isso, no caderno de atividades colaram dois palitos (sustento do circo) e o papel pintado por eles no formato da lona e por final desenharam o que viram no passeio.

Lanchamos todos juntos. As professoras são incentivadas a lanchar e jantar junto com eles para que eles sigam os exemplos. Brinquei de lego com eles e me aproximei mais deles, acredito que foi recíproco.

Fomos ao pátio para fazer atividade física (a atividade prevista era a ida ao parquinho, mas este estava molhado por causa da chuva, então não foi possível).

Chegou a hora do jantar, todos dirigiram-se ao refeitório. Lá, eu e a professora distribuímos os pratos prontos. Comeram; dirigiram-se para o lavatório; escovaram; voltamos à sala; guardaram as agendas. Brincaram com massinha à espera dos pais.

Este é um exemplo de rotina na Educação Infantil, em que as crianças desenvolvem suas atividades nos mais diversos espaços, porém, com a necessidade de acompanhamento de adultos, profissionais preparados, pois estão ainda em processo de desenvolvimento de sua autonomia.

É citado um passeio fora da escola. Esta situação dificulta o controle da turma, pois o espaço é diferente do cotidiano tanto para os alunos quanto para o professor. O auxiliar de sala, em um evento esporádico como este é indispensável, porém, é também essencial no cotidiano da Educação Infantil para melhor atender os alunos.

De acordo com o Currículo em Movimento do Distrito Federal (2013), a rotina deve adequar-se às necessidades da criança e o professor deve considerar os materiais, o espaço e tempo, e também os sujeitos participativos das atividades. Logo, se a criança ainda não tem autonomia desenvolvida, a equipe escolar deve adequar-se para suprir suas necessidades.

Relato 2

O momento do lego, normalmente após o lanche, é precioso para minha interação direta com cada um deles, pois posso conversar enquanto montam seus brinquedos. Eles pedem para que eu faça um avião ou uma torre e se aproximam mais. Este é o momento que a professora lancha, porém acredito que é um dos momentos mais interessantes que ela perde em não sentar-se de vez em quando e brincar com eles.

Tanto a professora como a turma se beneficiaram com a presença de uma estagiária, a qual observava e participava deste momento, pois puderam, respectivamente, suprir as necessidades do corpo de forma saudável e sofrer intervenções positivas e reflexivas durante as brincadeiras. A brincadeira, segundo Carvalho (2014), é uma atividade complexa em que é possível experimentar e criar.

A intervenção correta do adulto neste momento é positiva para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, considerando o incentivo ao raciocínio, à reflexão, à criação, ao reconhecimento de papéis sociais e outros. Por isso, a presença do auxiliar em momentos de brincadeira beneficia o desenvolvimento dos alunos, se este associar conhecimentos específicos e ter intencionalidade para tal momento.

Relato 3

Neste dia a professora preparou uma atividade de Páscoa para as crianças. Um ovo em papel que se abria e dentro havia um pintinho pintado com o formato da mãozinha de cada um deles.

Assim que cheguei na sala, tinham duas mesinhas separadas para a confecção dessa atividade individual. Uma mesa para a professora e outra para mim. Fiquei feliz em participar das atividades com as crianças. Um de cada vez foi à mesinha e pintou o céu e a grama à sua escolha de cores. Após seco, cada um veio novamente à mesa para pintar a mão de amarela e pressionar no papel. Finalizamos com os olhinhos e o bico.

Percebe-se que a estagiária, ao mesmo tempo da professora, desenvolveu a atividade com as crianças, otimizando o tempo para outras atividades. O auxiliar exerce funções pedagógicas muito parecidas ou até mesmo iguais ao professor titular (CÔCO, 2010), por isso é também responsável por cuidar e educar as crianças.

A função do auxiliar não é meramente assistencialista, já que, muitas vezes assume papéis iguais ao do professor, por isso a necessidade do auxiliar ter preparo direcionado à Educação e estar em constante discussão e construção junto ao professor sobre atividades para o desenvolvimento dos alunos.

Relato 4

Em sala, a professora deu uma fita que tem o formato circular a cada um dos alunos e sozinhos passaram o lápis por dentro para fazerem o círculo no caderno. Neste dia tivemos algumas dificuldades, um dos alunos fez número dois na calça e a professora ocupou-se em limpar. Enquanto eu estava com a turma, uma das alunas começou a chorar e chorar, tentei dialogar mas ela não quis. A coordenadora chegou na sala e a levou para conversar lá fora (senti-me mal, parecia que eu não havia feito nada para acalmá-la, pois a coordenadora comentou que a sala estava uma bagunça e iria levar a aluna porque mais uma chorando não dava).

Esta cena expõe a possibilidade de acontecimentos que evidenciam a necessidade de adultos para o cuidado das crianças e atenção individualizada. A coordenadora, aparentemente, percebeu o ambiente como prejuízo ao processo pedagógico e não se propôs a auxiliar a turma naquele momento, preferiu retirar a aluna que estava chorando.

Segundo Alves (2007), as ações de cuidado com a criança não podem ser consideradas como fatores de prejuízo e sobrecarga ao desenvolvimento das

atividades pedagógicas. Tais acontecimentos citados na última cena são previstos na Educação Infantil e exigem preparo dos profissionais, pois estes instantes também são educativos.

Mesmo com a presença do auxiliar em sala, há imprevistos que fogem ao controle. Porém, as ações dos profissionais da educação devem ser voltadas à resolução de problemas e conflitos e não ignorá-los. Por isso, o preparo e o foco são essenciais para lidar com tais situações.

Neste caso, a estagiária poderia ter explicado à turma o que havia acontecido e ter assumido o papel da professora em conduzir a turma em uma atividade, o qual exige conhecimento específicos da educação. Já a coordenadora poderia ter sido mais paciente e assumido o compromisso de cuidar também da turma, afinal, todos os profissionais que estão envolvidos na escola são responsáveis pelas crianças.

Relato 5

A atividade de escrita do nome chamou-me a atenção para o fato de que a professora entregou-lhes as fichas com seus nomes juntamente com uma folha branca e lápis; pediu para que escrevessem o nome assim como estava na ficha, porém, percebi que além de estarem com dificuldades de copiar a letra, não entendiam por que aquelas letras juntas formavam seu nome. A professora ajudava quem estava com dificuldade e pediu que eu fizesse o mesmo, e então fui de mesa em mesa tentando ajudar.

Comecei explicando a cada um que as letras juntas formam uma palavra e que cada letrinha produz um som, e quando juntas entendemos a palavra. Em sequência, perguntei qual era o som das letras que estavam nos nomes, nenhum deles soube emitir o som, e alguns, sequer entenderam a pergunta. Comecei a emitir os sons referentes às letras separadamente, depois dizia as palavras bem devagar para que acompanhassem a junção dos sons das letras. Três crianças sorriram para mim. Sorrisos sinceros como se tivessem entendido o porquê das letras formarem o nome delas.

A presença da estagiária no desenvolvimento desta atividade descrita, colabora no exercício do atendimento individualizado das crianças. O olhar crítico da estagiária diante da situação e a preocupação no aprendizado das crianças indica preparo direcionado à educação, o qual é essencial para desenvolver uma atividade pedagógica.

A função do educador infantil é complexa, pois este “[...] medeia descobertas e prepara seu aluno a aprender a aprender, uma tarefa que deve ser cumprida com responsabilidade, dedicação e acima de tudo conhecimento” (SHOLL-FRANCO, MIGUEL, CARDOSO, 2014, p.4).

A função do auxiliar é atuar em conjunto com o professor titular para o desenvolvimento das crianças. A formação e os conhecimentos específicos tanto do professor quanto do auxiliar corroboram o desenvolvimento de atividades para que atendam às necessidades das crianças e que proporcionem a compreensão dos conteúdos abordados.

Relato 6

Quando a professora vai ao banheiro, eu aproveito para prender a atenção deles. Desta vez, quando ela saiu, eu escolhi um dos livros da sala e contei a história de Cachinhos Dourados. Eles gostaram. Todos ficaram atentos no desenrolar da história. A professora chegou e eu continuei. Ela aproveitou para se organizar enquanto eu terminava.

A professora, neste momento, teve apoio da estagiária em permanecer em sala para que pudesse usar o banheiro e ainda utilizou o tempo em que a estagiária interagia com as crianças para organizar seus materiais. Na Constituição Federal (1988), em seu Título I dos Princípios Fundamentais, o artigo primeiro, inciso III considera como fundamento na República do Brasil a dignidade da pessoa humana. O professor tem suas necessidades básicas assim como qualquer outro ser humano. Na Educação infantil, sem um auxiliar, muitas vezes o professor é privado de necessidades básicas, ocasionando desgaste físico e mental.

Porém, para assumir a turma enquanto o professor supre suas necessidades básicas ou organiza suas atividades, o profissional que assume a sala deve ser um educador, pois não há como ter intencionalidade em uma atividade que não foi preparada e pensada com um propósito. A escola não é um passatempo em que as crianças esperam a hora de ir embora. É um local extremamente rico em aprendizagens e trocas culturais com o objetivo de educar. Um contexto envolvido no processo de ensino-aprendizagem deve ser intencional e educativo em todas as situações.

Relato 7

A professora, neste dia, pediu para que a coordenadora separasse alguns jogos pedagógicos que ficam guardados em uma sala específica. Ajudei a

coordenadora a levar os jogos até a sala. A professora então dividiu a turma em grupos para cada jogo. Pediu para que eu fosse para o pátio esperar os grupos para brincarem lá. Assim que chamava o grupo, entregava um jogo e então seguia para o pátio ao meu encontro. Sentavam e brincavam. Assim que chamou o último grupo, a professora se juntou a nós no pátio. Brincaram por um bom tempo.

A presença da estagiária na organização desta atividade foi essencial, pois esta ficou encarregada de procurar a coordenadora, separar os jogos, levá-los até a professora e supervisionar os alunos que chegariam ao pátio, organizando o espaço para que as crianças jogassem enquanto a professora permaneceu na sala explicando os jogos e dividindo os grupos.

“Os bebês e as crianças pequenas precisam de um tempo longo para suas aprendizagens, que ocorrem por meio da experimentação, da investigação, da brincadeira e da interação com os adultos e com as outras crianças” (MONÇÃO, 2017, p. 164). O uso dos jogos pedagógicos e da área externa possibilitam este processo de aprendizagem descrito por Monção (2017), porém, a presença do auxiliar facilita o desenvolvimento destas atividades, tanto na organização, como no apoio durante seu acontecimento, otimizando o tempo de brincadeira das crianças.

Relato 8

Neste dia a professora pediu minha ajuda para produzirmos juntamente com as crianças o mural de primavera. Achei interessante que a professora preza pela participação plena das crianças, mesmo que as formas dos desenhos não fiquem perfeitas por causa da falta ainda de maturidade na coordenação motora. O mural ficou vivo e realmente representa a turma.

Este cenário indica coletividade e interação entre professora, estagiária e crianças. A produção se deu a partir da troca de ideias iniciais entre professora e estagiária e depois a participação das crianças. O professor deve valorizar “a experiência e o conhecimento internalizado de seu aluno na busca de sua formação como pessoa capaz de pensar, criar e vivenciar o novo, assim como da formação de sua cidadania” (OLIVEIRA, 2014, p.3).

A interação reflexiva e participativa entre professor, auxiliar e crianças proporciona uma atividade elaborada diante de reflexões colaborativas com o intuito de aprender, considerando diferentes vivências e significações. O auxiliar, tendo conhecimentos específicos, pode contribuir com muitas ideias para a realização e otimização das atividades cotidianas.

Relato 9

Na sala de vídeo assistiram ao filme “Meu Malvado Favorito 3”. As crianças ficaram bastante dispersas. De volta para a sala, a professora e eu ajudamos as crianças nos exercícios do caderno referentes às vogais (colorir as letras e desenhar algo que comece com a letra específica). Fora de sala, a professora distribuiu giz para desenharem no chão do pátio. Ela prefere sair de sala ao menos uma vez na tarde para que eles não fiquem muito agitados. Acredito que seja uma prática saudável.

O uso e a valorização da área externa são evidenciados neste trecho para acalmar as crianças. Nesta etapa, em que as crianças estão experimentando o mundo de maneira mais intensa, não há como mantê-las dentro de sala em todos os momentos da rotina. Elas precisam de interagir, correr, pular, investigar, entre outros. Ambientes diferentes favorecem diferentes interações (BRASIL, 2006), por isso é importante que o professor usufrua dos ambientes da escola e que tenha um auxiliar para facilitar os deslocamentos e a supervisão da turma nas áreas externas.

3.2 Questionário

O questionário foi elaborado com o intuito de conhecer e refletir sobre a realidade e opinião de professoras de diferentes redes de ensino (pública e privada) sobre a necessidade, as contribuições, o preparo e os impactos da falta do profissional auxiliar de sala na Educação Infantil. Os dois questionários preenchidos encontram-se em Anexo. A seguir, analiso as respostas das professoras, uma da rede privada, que será representada por P1, e a outra da rede pública, que será representada por P2.

A primeira questão é classificada como fechada e dicotômica, em que P1 e P2 marcaram o tipo de instituição que atuam, privada e pública, respectivamente.

Na segunda questão, fechada e dicotômica, referente à presença de um auxiliar em sala, P1 responde que possui auxiliar atuante em sala, diferente de P2, que não possui.

Apesar de realidades diferentes, na terceira questão, fechada e dicotômica, P1 e P2 consideram necessária a presença do auxiliar em sala de Educação Infantil

e justificam esta escolha na questão quatro “a”, classificada como aberta, a qual questiona as contribuições do auxiliar no cotidiano escolar. As contribuições citadas tanto por P1 como por P2 apresentam aspectos positivos no cotidiano escolar, no exercício da educação e, conseqüentemente, na aprendizagem das crianças.

A questão quatro “b” se refere aos impactos da falta do auxiliar no cotidiano escolar. As respostas de P1 e P2 tiveram focos diferenciados. Na resposta de P1, percebe-se a dificuldade do professor de atender às demandas de atenção individualizada e atuar de forma plena no ensino quando não tem o apoio do auxiliar, em que o foco é o atendimento às crianças.

Já na resposta de P2, percebe-se o desgaste e a sobrecarga do professor ao atuar sozinho em sala de aula, prejudicando sua qualidade de vida e o atendimento às necessidades dos alunos, em que o foco é a saúde do professor para exercer suas atividades para com os alunos.

Os focos das respostas são diferenciados, porém, refletem uma realidade associada. Os professores precisam manter a saúde para atender às crianças e as crianças precisam de atenção mais individualizada sem sobrecarregar o professor.

O cuidar e o educar na educação integral da criança é indissociável (BRASIL, 2013), por isso o cotidiano na Educação Infantil deve ser desenvolvido de acordo com a necessidade dos alunos e dos professores para que se alcance este resultado. Se a sobrecarga do professor e a falta de atenção individualizada dos alunos são impactos da falta do auxiliar, há de se pensar sobre a necessidade e obrigatoriedade deste profissional em sala de Educação Infantil.

Na questão cinco, aberta, houve diferentes pontos de vista de P1 e P2 quanto à necessidade de preparo do auxiliar direcionado à Educação. Na resposta de P1, evidencia-se a necessidade de conhecimento direcionado do auxiliar para apoiar a criança no seu processo de desenvolvimento. Ainda há um relato de que a professora conhece instituições que contratam auxiliares sem conhecimento específico, e esta prática causa problemas, os quais não foram especificados por ela.

Já P2 considera que ter habilidades como paciência, iniciativa e autocontrole são suficientes para exercer a função de auxiliar. Esta resposta sugere que a atuação do auxiliar se limita ao cuidado assistencialista e materno. Porém, também pontua que o preparo direcionado à educação em conjunto com as habilidades citadas melhoram o desenvolvimento do trabalho pedagógico. O cuidado é alvo de

preconceitos quando interpretado como um problema que necessita da pausa do desenvolvimento pedagógico para ser resolvido, considerando uma rotina rígida (MARANHÃO,2000), porém, não há como pausar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, já que ocorre a todo instante. Logo, é impossível dissociar o cuidado do processo educativo. O auxiliar, quando cuida da criança, ao mesmo tempo está educando-a.

A valorização dos profissionais da educação escolar, citada como um dos princípios de ensino, no artigo 206, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), sugere que tanto o professor como o auxiliar tenham formação necessária para o exercício do cargo, sejam respeitados, justamente remunerados e assegurados em qualidade de vida para o exercício digno da profissão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O auxiliar, ao longo da pesquisa, foi percebido como um profissional muitas vezes desvalorizado, sem funções definidas legalmente, porém de extrema importância no cotidiano da Educação Infantil. Este profissional, auxilia tanto o professor titular no desenvolvimento de atividades e reflexão das práticas cotidianas, quanto as crianças pequenas em suas necessidades e aprendizagens.

Os resultados desta pesquisa mostram que o auxiliar é necessário no contexto da Educação Infantil para melhor atender as crianças, porém ainda não tem definição exata sobre sua atuação, sendo visto muitas vezes como mero assistencialista.

Há muitos estudos sobre a Educação Infantil, porém, poucos sobre o profissional tão facilmente encontrado neste contexto. Há de pensar em sua função e atuação, pois está envolvido e é responsável no auxílio desta etapa muitíssimo importante na vida das crianças pequenas, a qual estão explorando e descobrindo o mundo.

As contribuições dos funcionários atuantes no contexto escolar, em especial do auxiliar, são muito positivas quando estes reconhecem seu papel de educador independente de sua área de atuação. A identidade e a valorização profissional são base para boas relações sociais e aprendizagem humana constante dentro da escola.

Por isso, é preciso que haja regulamentação da profissão, reconhecimento e investimento do próprio auxiliar em sua identidade e responsabilidade educadora, e percepção por parte das instituições das contribuições do auxiliar e sua atuação intencional para melhor atender as crianças pequenas.

REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. **Panorama das políticas de educação infantil no Brasil** – Brasília : UNESCO, 2018. 115 p. ISBN: 978-85-7652-225-6 1. Educação Pré-primária 2. Educação Infantil 3. Primeira Infância 3. Políticas Educacionais 4. Brasil I. UNESCO II. Brasil. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002614/261453por.pdf>> Acesso em: 21 maio 2018.

ALVES, Roberta C P ; VERÍSSIMO, Maria De La Ó R. Os educadores de creche e o conflito entre cuidar e educar. Rev. bras. crescimento desenvolv. hum. v.17 n.1 São Paulo abr. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412822007000100003> Acesso em: 8 jun. 2018.

BHERING, Eliana; SGANDERLA, Ana Paola. **A escala de interação professor/criança**. Paidéia (Ribeirão Preto) v.14 n.29 Ribeirão Preto set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2004000300013&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 7 abr. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Acesso em: 23 abr. 2018.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei federal nº 8069, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 7 abr. 2018.

BRASIL. INEP. Ministério da educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2013, Resumo Técnico.** 2014c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf> Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. INEP. Ministério da Educação. **Notas Estatísticas do Censo Escolar 2014.** 2014b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_do_censo_escolar_2014%20final.pdf> Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Históricas e Estatísticas. **Taxa de frequência à escola ou creche de crianças de 0 a 6 anos de idade.** 1991-2007. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=3&op=0&vcodigo=CAJ318&t=taxa-frequencia-escola-creche-criancas-0>> Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. LDBEN - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 7 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dúvidas mais frequentes sobre educação infantil.** 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil.** 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf> Acesso em: 6 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores Demográficos Educacionais. Tabela 8-A. **Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino - Rede Estadual em**

de Distrito Federal. 2007-2013. Disponível em:
<<http://ide.mec.gov.br/2014/estados/relatorio/uf/53>> Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil**. 2006. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf> Acesso em: 6 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014a. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em: 7 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. PNE em Movimento. **Mapas de monitoramento do PNE**. Meta 1. Indicadores 1A e 1B do DF. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/monitorando-e-avaliando/monitoramento-das-metas-do-pne-2014-2024>> Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2004. 72 p. : il. 1. Valorização do Trabalhador. 2. Formação Profissional. 3. Perfil Profissional I. Título. II. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf> Acesso em: 25 maio 2018.

CARVALHO, Anne Rangel Pereira de. CAVATON, Maria Fernanda Farah. **Atividade lúdica livre na Educação Infantil: Que brincadeira é essa?** Disponível em:<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10269/1/2014_AnneRangelPelejaDeCarvalho.pdf> Acesso em: 23 abr. 2018.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação completa 20 anos e continua atual**. Secretaria Executiva do Ministério da

Educação. Publicado em 20 de dezembro de 2016, no jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/43311-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-completa-20-anos-e-continua-atual>> Acesso em: 7 abr. 2018.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Peeira; RIBEIRO, Elisa Antônia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf> Acesso em: 17 maio 2018.

CHAMARELLI, Luciana Gandarela. **O que fazer com o Auxiliar de Educação Infantil? Um estudo sobre as políticas municipais no Estado do Rio de Janeiro**. Capítulo 2 - A história, a política e o auxiliar de educação infantil. PUC-Rio-Certificação Digital Nº 1111606/CA, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21990/21990_3.PDF> Acesso em: 26 mar. 2018.

CÔCO, Valdete. **Auxiliar de educação infantil**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/pdf/51.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Fdeal. **LEI Nº 3.319, 2004**. Brasília, 11 de fevereiro de 2004 - 116º da República e 44º de Brasília. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/ice4/legislacao/lei_ord_3319_04.htm> Acesso em: 15 maio 2018.

DISTRITO FEDERAL. Ministério da Educação. **Currículo em movimento da Educação Básica: Educação infantil**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/03/2-educacao-infantil.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. PDAD. Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. **Renda per capita média mensal.** São Sebastião-DF. 2016. Disponível em: <<http://www.redesocialdecidades.org.br/br/DF/brasil/regiao/sao-sebastiao/renda-per-capita-media-mensal>> Acesso em: 17 maio 2018.

FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; SHELTON, Terri Lisabeth. **Atenção à primeira infância nos EUA e no Brasil.** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v.21, n.2. maio/ago. 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722005000200010&lng=pt&nrm=iso>Acesso em: 26 mar. 2018.

GALVÃO, Afonso Celso Tanus; BRASIL, Ive. **Desafios do ensino na Educação Infantil: perspectiva de professores.** v. 61, n. 1. 2009. Disponível em:<<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/323/293>> Acesso em: 21 maio 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo, editora atlas S.A. - 2008 Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 17 maio 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. maio/jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3>> Acesso em: 17 maio 2018.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas Sobre Iniciação à Pesquisa Científica.** 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, E.D.A. Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas-** São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pdf> Acesso em: 17 maio 2018.

MARANHÃO, Damaris Gomes. **O cuidado como elo entre saúde e educação.** Cadernos de Pesquisa, n.111, p. 115-133. dezembro, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n111/n111a06.pdf>> Acesso em: 21 maio 2018.

MARQUES, Fernanda Martins; SPERB, Tania Mara. **A escola de educação infantil na perspectiva das crianças.** Psicol. Reflex. Crit. vol.26 no.2 Porto Alegre 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722013000200022&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; WEBER, Mara Aparecida Lissarassa; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Educadores de criança: condições de trabalho e vida.** Psicol. cienc. prof., Brasília, v.33, n.3. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932013000300013&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. **Cenas do cotidiano na educação infantil: desafios da integração entre cuidado e educação.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 1, p. 161-176, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n1/1517-9702-ep-S1517-9702201608147080.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

OLIVEIRA, Eny da Luz Lacerda; ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de. **Criatividade e escola: limites e possibilidades segundo gestores e orientadores educacionais.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. v. 14, n. 2, jul./dez. 2010: 245-260. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n2/a07v14n2.pdf>> Acesso em: 25 maio 2018.

OLIVEIRA, Mariana Almeida de; FURTADO, Rosângela de Assis; SOUZA, Tatiana Noronha de; CAMPOS-DE-CARVALHO, Mara Ignez. **Avaliação de ambientes educacionais infantis.** Paidéia (Ribeirão Preto) vol.13 no.25 Ribeirão Preto jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2003000200005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

OLIVEIRA, W. M. . **Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem.** Inesul, Londrina, p. 01 - 12, 30, jan. 2014. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_28_1391209402.pdf> Acesso em: 25 maio 2018.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. FFCLRP-USP e ISE Vera Cruz. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** Anais Do I Seminário Nacional: Currículo Em Movimento – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/file>> Acesso em: 23 abr. 2018.

PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. **Práticas Educativas para o Desenvolvimento da Musicalidade das Crianças na Educação Infantil.** Capítulo 12. COSTA, Sinara Almeida da; MELLO, Suely Amaral. Teoria Histórico-Cultural na Educação Infantil. Conversando com professoras e professores. Editora CRV. 2017.

REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Programa de mentoria online: espaço para o desenvolvimento profissional de professoras iniciantes e experientes.** Educ. Pesqui., São Paulo, v.34 n.1, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022008000100006&Ing=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

RODRIGUES, Daniela Gureski; SAHEB, Daniele. **A concepção dos professores e educadores de educação infantil sobre o saber de Morin: ensinar a condição humana.** Rev. Bras. Estud. Pedagog. vol.96 no.242 Brasília jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812015000100180&Ing=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. **Formação de profissionais da educação no Brasil: O curso de pedagogia em questão.** Educ. Soc. v.20 n.68 Campinas dez. 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173301999000300012&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

SHOLL-FRANCO, Alfred; MIGUEL, Anna Carolina; CARDOSO, Fabrício. **A importância do treinamento e capacitação dos professores e profissionais da educação para o ensino infantil.** 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/primeira-infancia/artigos/artigos-ano-2014/a-importancia-do-treinamento-e-capacitacao-dos-professores-e-profissionais-da-educacao-para-o-ensino-infantil-alfred-sholl-franco-anna-carolina-miguel-e-fabricio-cardoso-ano-2014>. Acesso em: 25 maio 2018.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da; FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações.** Rev. Bras. Educ. vol.15 no.43 Rio de Janeiro jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782010000100006&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

VERÍSSIMO, Maria De La Ó Ramallo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. **O cuidado da criança segundo trabalhadoras de creches.** Rev. Latino-Am. Enfermagem v.11 n.1 Ribeirão Preto jan./fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692003000100005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

VIEIRA, Jarbas Santos; GONÇALVES, Vanessa Bugs; MARTINS, Maria de Fátima Duarte. **Trabalho Docente E Saúde Das Professoras De Educação Infantil De Pelotas, Rio Grande Do Sul.** Trab. educ. saúde vol.14 no.2 Rio de Janeiro maio/ago. 2016 Epub 01-Abr-2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462016000200559&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 mar. 2018.

ANEXO A - Questionário 1

1- Tipo de instituição em que atua:

Pública () Privada (X)

2- Em sua sala, há um(a) auxiliar atuante?

Sim (X) Não ()

3- Em sua opinião, é necessária a presença de um auxiliar em sala de aula na Educação Infantil? Sim (X) Não ()

4- De acordo com suas experiências:

a) Quais as contribuições deste profissional no cotidiano escolar?

Oferecer apoio nas atividades desenvolvidas; Atender as crianças de forma mais eficaz; Conhecer o processo de desenvolvimento da criança para atuar com eficiência; Auxiliar as crianças nos momentos de lanche, de higiene e no uso do vaso sanitário; Trocar fralda.

b) Quais os impactos da falta deste profissional no cotidiano escolar?

Esse profissional tem uma total importância e que não é muito valorizado. Tenho a experiência de não ter tido um auxiliar na educação infantil. Um professor sem ajuda de um profissional desse, não consegue atuar de forma plena no ensino para essas crianças pequenas, pois elas necessitam muitas das vezes de uma atenção individualizada para resolver conflitos e para o seu desenvolvimento intelectual, social e afetivo. Um professor sozinho não consegue atender a todas essas demandas com eficiência.

5- O profissional auxiliar de sala, em sua opinião, deve ter preparo direcionado à Educação (Ensino Superior completo ou incompleto, cursos profissionalizantes, entre outros) para atuar?

Sim. Pois como um profissional poderá apoiar uma criança no seu processo de desenvolvimento sem ter nenhum conhecimento nessa área? Conheço escolas que contratam pessoas sem ter esse tipo de conhecimento e acabam tendo problemas.

ANEXO B - Questionário 2

1- Tipo de instituição em que atua:

Pública (☒) Privada (☐)

2- Em sua sala, há um(a) auxiliar atuante?

Sim (☐) Não (☒)

3- Em sua opinião, é necessária a presença de um auxiliar em sala de aula na Educação Infantil? Sim(☒) Não (☐)

4- De acordo com suas experiências:

a) Quais as contribuições deste profissional no cotidiano escolar?

Trabalho desenvolvido com maior atenção às peculiaridades e necessidades dos estudantes;

Auxílio às necessidades dos alunos, como ida supervisionada ao banheiro e para beber água;

Auxílio no controle da turma, como conversas paralelas e brincadeiras fora de hora, que atrapalham o andamento e rendimento da aula e desgastam o professor física e psicologicamente.

Apoio durante o período de recreio, evitando que as crianças se machuquem.

Auxílio no atendimento nos casos de crianças que venham a se machucar.

b) Quais os impactos da falta deste profissional no cotidiano escolar?

Desgaste físico e psicológico professor;

Sobrecarga do professor e impactos na sua qualidade de vida;

Demora para atender os alunos, por exemplo, nas idas supervisionadas ao banheiro;

Probabilidade de que a aula planejada não possa ser cumprida, tendo em vista as interrupções durante o período de aula.

5- O profissional auxiliar de sala, em sua opinião, deve ter preparo direcionado à Educação (Ensino Superior completo ou incompleto, cursos profissionalizantes, entre outros) para atuar?

Não necessariamente. Na minha opinião, o profissional auxiliar precisa ter habilidades necessárias para lidar com crianças entre 4 e 6 anos, tais como paciência, iniciativa, autocontrole, enfim, requisitos que não necessariamente são adquiridos por meio de preparação teórica, já que crianças nessa faixa etária demandam atenção e cuidado a todo tempo. Porém se o auxiliar tiver um preparo direcionado á educação e as habilidades necessárias o trabalho pode ser ainda melhor desenvolvido e obter-se melhores resultados.